

# Decisão de Moraes indica os próximos caminhos

Para especialistas, investigação avançará em etapas até o chefe

A falta da descrição nas decisões do ministro do Supremo Alexandre de Moraes sobre a hierarquia da suposta organização criminosa que planejava um golpe de Estado em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) indica uma estratégia de investigação por etapas que é adotada em casos com grupos criminosos complexos.

As decisões também não indicam qual seria o eventual enquadramento jurídico do ex-presidente na estrutura sob apuração. Apesar de várias condutas de Bolsonaro terem sido descritas nas investigações, como a suposta participação na elaboração de uma minuta de decreto para executar um golpe, ele não foi alvo de medidas mais severas como busca e apreensão.

Na atual etapa, foi determinado apenas o recolhimento de seu passaporte e que ele não se comunique com outros investigados.

## Núcleos

Segundo a decisão de Moraes, a PF identificou diversos núcleos da organização criminosa e apontou os nomes de seus integrantes, mas Bolsonaro não foi incluído em nenhum deles.

Para a PF, a organização criminosa pode ser dividida em seis grupos: núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral; núcleo responsável por incitar militares a aderirem ao golpe de Estado; núcleo jurídico; núcleo operacional de apoio às ações golpistas; núcleo de inteligência paralela; e núcleo de oficiais de alta patente com influência e apoio a outros núcleos.

Segundo o criminalista Maurício Zanoide de Moraes, professor de processo penal da Universidade de São Paulo (USP), a descrição desses núcleos indica as funções desempenhadas por parte dos suspeitos, mas não revela a hierarquia do grupo.

Zanoide de Moraes diz que a definição da cadeia de comando é requisito básico para a caracterização do crime de organização criminosa, razão pela qual outras etapas de investigação devem estar em curso.

## Método

Pierpaolo Bottini, criminalista e professor de direito



Para especialistas, Moraes vai autorizando investigação em etapas

penal da USP, afirma que “investigar organizações criminosas não é tarefa simples, deve haver método e inteligência. Em regra, parte dos executores diretos dos atos e aos poucos colhe informações sobre sua estrutura, hierarquia e comando. A identificação da cúpula leva algum tempo, é o ato final do processo”.

Para a advogada criminalista Ana Carolina Moreira Santos, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), subseção Pinheiros, “a partir da colheita de provas com a identificação dos autores imediatos, das ações por eles perpetradas e dos objetivos, é possível a identificação dos autores mediatos, os membros da cúpula da organização criminosa”.

De acordo com a decisão de Moraes, a atual etapa das apurações aborda fatos relacionados à tentativa de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado democrático de Direito.

Estão sob apuração ações do grupo para “disseminar a narrativa de ocorrência de fraude nas eleições presidenciais, antes mesmo da realização do pleito, de modo a viabilizar e, eventualmente, legitimar uma intervenção das Forças Armadas, com abolição violenta do Estado democrático de Direito, em dinâmica de verdadeira milícia digital”, segundo Moraes.

## Mínuta

Um dos fatos mais graves

atribuídos a Bolsonaro pela PF foi a suposta atuação na elaboração da minuta de um decreto para dar uma roupagem formal às ações golpistas.

Segundo a decisão de Moraes, a minuta “consubstanciava medidas de exceção, com detalhamento de “considerandos” acerca de suposta interferência no Poder Judiciário no Poder Executivo, para decretar a prisão de diversas autoridades e a realização de novas eleições em vista de supostas fraudes no pleito presidencial”.

O rascunho do decreto teria sido objeto de reuniões convocadas pelo então presidente Bolsonaro que envolveram tanto integrantes civis do governo como militares da ativa, de acordo com a PF.

“Quanto ao ponto, a autoridade policial destaca a ocorrência de monitoramento de diversas autoridades, inclusive do relator da presente investigação [Moraes], no sentido de assegurar o cumprimento da ordem de prisão, em caso de consumação das providências golpistas”, completa a decisão.

Para Moraes, já está comprovada a prática de crimes contra a democracia e associação criminosa, cuja soma das penas máximas chega a 23 anos de prisão.

A punição aos investigados, porém, pode superar esse total caso fique comprovado que os suspeitos também cometeram atos de violência.

O delito mais grave descri-

to no despacho é o de tentativa de dar um golpe de Estado que tem pena mínima de 4 anos e máxima de 12 anos, além da punição correspondente à violência empregada para a busca de tomada do poder.

O outro delito reconhecido por Moraes é o de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito. Esse crime ocorre quando alguém atua com violência ou grave ameaça para impedir ou restringir o exercício dos poderes constitucionais, como, por exemplo, o livre funcionamento do Supremo. A punição vai de 4 a 8 anos de prisão, além da pena relativa à violência utilizada.

Em relação a suspeitos presos na operação da PF de quinta-feira (8), Moraes também citou a ocorrência do crime de associação criminosa, que tem pena de 1 a 3 anos de reclusão.

## Bolsonaro

Como reação às investigações da Polícia Federal autorizadas por Alexandre de Moraes, o ex-presidente Jair Bolsonaro convocou seus apoiadores para uma manifestação em São Paulo, na Avenida Paulista, no dia 25 de fevereiro.

Em vídeo, o próprio Bolsonaro convoca para o ato, “em defesa do Estado Democrático de Direito”. Segundo ele, a manifestação será para que ele se defenda “de todas as acusações” que tem sofrido.

Com informações de Flávio Ferreira (Folhapress)

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Lira (dir), Luizinho (esq) e assessor do governo do Rio

## Lira diz que Congresso derrubará veto a emendas

Em entrevista exclusiva à coluna no Sambódromo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Congresso vai derrubar o veto de Lula a emendas parlamentares que chegam a R\$ 5,6 bilhões. Isto, ressaltou, se o próprio governo não voltar atrás no veto a essas emendas de comissões. Lira, que estava ao lado do líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (RJ), elogiou a conversa que teve

com o presidente da República na sexta. Segundo ele, foi acertado que, a partir de agora, os dois conversarão diretamente e com maior frequência. A grande tema do encontro, frisou, foi a necessidade de respeito aos acordos entre o governo e o Congresso. “Não se pode desfazer o que foi combinado”, afirmou. O descompromimento tem sido a maior fonte de problemas com o Planalto.

## Não obrigatórias

Em relação ao valor vetado, Lira ressaltou que são emendas de comissões, de execução não compulsória. Lula teria, portanto, o direito de contingenciar — a liberação do dinheiro orçado. “Nenhum orçamento volta do Congresso do que jeito que foi”, destacou.

## MP da discórdia

Lira disse que o governo não poderia revogar, por medida provisória, decisões aprovadas pelo Congresso depois de muitas negociações, como a diminuição de contribuições previdenciárias de empresas de 17 áreas e os incentivos fiscais (o Perse) ao setor de eventos.



Haddad reclama de fraudes em programa

## Perse: irregularidades têm que ser apontadas

O presidente da Câmara frisou que não basta o governo justificar o fim do Perse com a alegação de que o programa tem sido alvo de muitas fraudes. De acordo com o Ministério da Fazenda, as irregularidades teriam gerado uma renúncia fiscal muito maior que a prevista.

“Não basta dizer que tem fraude, é preciso apontá-la e impedir que continue,

não pode é acabar com o programa por causa disso”, afirmou. Lira lembrou que a concessão, ao setor, de alíquota zero em impostos federais por cinco anos foi aprovada pelas bancadas do próprio PT no mandato de Jair Bolsonaro. “Não dá para o PT aprovar algo quando estava na oposição e querer voltar atrás depois de chegar ao governo”, disse.

## Devolvida

Para Lira, se o governo não mudar de posição, a MP que altera a desoneração e acaba com o Perse deverá ser devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Afirmou ter dito ao ministro Fernando Haddad que cortes precisam ser indicados e negociados.

## Saúde 1

Na entrevista — depois de Lira ter desfilado à frente da Beija-Flor —, ele não detalhou conversas com Lula sobre o suposto não cumprimento de emendas parlamentares pelo Ministério da Saúde: o assunto fez com que enviasse um requerimento de informações à pasta.

## Sem chantagem

O presidente da Câmara negou que faça algum tipo de chantagem ao governo ao defender emendas parlamentares e ao cobrar acordos. Ressaltou que, em 2023, o Congresso aprovou medidas importantes para o Planalto e que ele, Lira, representa centenas de deputados.

## Saúde

A coluna apurou que, na reunião, os dois acertaram que técnicos da Saúde vão apresentar um detalhamento do que foi e do que não foi liberado a partir de emendas parlamentares. Parte da verba vem do extinto orçamento secreto, o que complica sua identificação.

# Lula na África: presidente visita Egito e Etiópia nesta semana

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcou nesta terça-feira (13) para o Egito, país recém-integrado ao Brics, bloco que reúne economias emergentes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A proposta da viagem é reforçar os laços entre os dois países.

No Egito, Lula tem agenda marcada com o presidente Abdel Fattah El-Sisi, no Cairo, nesta quarta-feira (15). Também está prevista uma possível visita à Liga Árabe, grupo de países árabes que tem sua sede no Cairo.

Também será discutida a possibilidade de ampliar as exportações agropecuárias do Brasil para o Egito. A expectativa do governo brasileiro é que o Egito passe a aceitar um número maior de certificações de abatedouros brasileiros, am-



Primeiro destino presidencial é o Egito para reforçar laços

pliando o fluxo comercial.

## Etiópia

Do Egito, Lula permane-

ce em solo africano, seguindo para a Etiópia. Lá, o presidente terá reuniões bilaterais com autoridades e participa, como

convidado, da Assembleia da União Africana, entidade que representa cerca de 50 estados do continente.

O Itamaraty informou ter interpretado o convite como um reconhecimento da prioridade que Lula vem imprimindo à política externa no que diz respeito à África.

Além do presidente brasileiro, devem participar da assembleia, como convidados, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, e o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas.

A expectativa do Itamaraty é que Lula se reúna com ambos durante os dias 17 e 18 de fevereiro.

Por Paula Laboissière (Agência Brasil)